

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Fogo na mata

• Depois do ladrão, coloca-se a tranca. Espera-se que, ao menos desta vez, o ditado seja realidade na Amazônia. Os cem mil quilômetros quadrados em fogo no Nordeste de Roraima chamaram a atenção da mídia mundial e brasileira para a região. As recentes reportagens do GLOBO, ilustradas com fotos aterradoras, somadas a denúncias anteriores, também. A Amazônia segue o caminho da Mata Atlântica, hoje 5% do que já foi.

As catástrofes amazônicas não são uma tragédia grega, onde os oráculos anunciam a sorte dos personagens, que nada podem fazer para impedir que o destino se cumpra. Já existe conhecimento científico detalhado sobre todos os aspectos naturais e humanos da região que permite a exploração auto-sustentável da floresta, com resultados econômicos muito superiores aos da simples devastação predatória. Têm a vantagem de poderem ser continuados pelas gerações futuras.

No dia 15 de janeiro, um grupo de oito personalidades com longa experiência em estudos e realizações concretas sobre o meio ambiente entregou um apelo urgente ao presidente Fernando Henrique sobre o desmatamento da Amazônia. A carta foi assinada por José Goldemberg, José Lutzenberger e Paulo Nogueira Neto, ex-secretários do Meio Ambiente, Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce e duas vezes ministro, Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável, Ibsen Câmara, presidente da Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental, e dois cientistas longamente envolvidos com a Amazônia, Eneas Salati e Warwick Kerr. Disseram:

“O Brasil até hoje não tem uma política claramente delineada com relação à sua participação na área de comércio das madeiras tropicais e vem sendo explorado por empresas internacionais, que dominam tanto a produção como a comercialização. O modelo atual significa a consolidação de um sistema predatório e que terminará num cenário idêntico àquele hoje observado nos países do Sudoeste da Ásia e que, conforme vem sendo demonstrado, foi predador não apenas dos recursos naturais, mas também da economia daqueles países com um todo.

As soluções até agora utilizadas, assim como outras preconizadas com relação ao uso econômico da Amazônia, vêm ignorando continuamente o cenário ecológico e a necessidade de sustentabilidade. Existem seguramente várias possibilidades de desenvolvimento sustentável que levem em conta os fatores econômicos e a defesa do ecossistema.”

A família Klabin tirou a sua riqueza das florestas, que transforma em papel e celulose. Aprendeu, ainda, que o que a natureza dá também pode ti-

rar. Em 1960, um incêndio destruiu 16 mil hectares das suas plantações de pinheiros. O incêndio só foi controlado por cargas de dinamite de um contrafogo que mobilizou os bombeiros e a PM do Paraná, quando já se aproximava da fábrica de papel.

Segundo o professor Benjamin Gilbert, especialista em química de produtos naturais, a experiência da Klabin em Telêmaco Borba com fitoterapia é das mais importantes do mundo. Lá, os 15 mil habitantes são tratados há anos com 30 remédios tirados de plantas e o índice de aprovação é de 97%.

Israel Klabin, depois que se afastou da empresa, dedicou-se inteiramente à Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Graças ao seu relacionamento internacional, fez da fundação um núcleo de articulação entre institutos de pesquisa, ONGs e pesquisadores individuais que estudam a Amazônia.

Na semana passada, Israel enviou uma carta ao ministro Raul Jungmann. Nela enumerou trabalhos que têm sido apresentados em seminários pelo mundo afora e publicados no Brasil. Dá ênfase aos estudos que o doutor Adilson Serrão coordenou na Embrapa de Manaus e de Belém, Adalberto Veríssimo e Paulo Barreto desenvolveram no Imazon, de Belém, e, sobretudo, pelos que resultaram da cooperação Brasil-Alemanha, coordenados pelo CNPq e pelo Ibama, através do projeto Shift. Depois de dizer que a insustentabilidade ecológica e econômica dos assentamentos do MST e outros na Amazônia se deve à ausência de um planejamento que incorpore o conhecimento científico já existente sobre o uso dos recursos da região, sugere:

a) Implantar projetos de uso sustentável de recursos naturais em áreas críticas. A FBDS tem dados suficientes para definir projetos em Marabá, Santa Inês e Santa Isabel. São zonas de intenso conflito;

b) Identificar áreas prioritárias para assentamentos em regiões já desmatadas; e

c) Identificar fontes de recursos internacionais, preferencialmente a fundo perdido, que garantam a implementação desses projetos demonstrativos.

Quem sabe, desta vez, se consiga romper a resistência das forças políticas locais para criarem políticas públicas coerentes?